



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 166

**OS CASTANHAIS DO TOCANTINS E A INDÚSTRIA EXTRATIVA
NO PARÁ ATÉ A DÉCADA DE 60**

Marília Ferreira Emmi

Belém, Outubro de 2002

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Alex Bolonha Fiúza de Mello

Vice-reitor

Marlene Rodrigues Freitas

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Luis Eduardo Aragon Vaca

Diretor Adjunto

Marilia Emmi

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Maurilio Monteiro

Luis Aragon

Marilia Emmi

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 166

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

OS CASTANHAIS DO TOCANTINS E A INDÚSTRIA EXTRATIVA NO PARÁ ATÉ A DÉCADA DE 60

*Marília Ferreira Emmi**

Resumo:

Discute o controle das terras dos castanhais do Tocantins, o processo de trabalho e a industrialização da castanha. Analisa a situação do parque industrial paraense antes da Belém-Brasília e as especificidades dessa industrialização.

Palavra-chave: castanhais. Indústria extrativa. Beneficiamento da castanha. Oligarquia. Castanheiros. Arrendamento e aforamento.

* Professora e pesquisadora do NAEA

A castanha apareceu como um componente importante da economia amazônica depois que o ciclo da borracha chegou ao fim. Com o declínio da borracha na Amazônia, o capital e a força de trabalho disponíveis foram reorientados para a cata de outros produtos de origem extrativa, como madeiras, cacau, sorva e a castanha, que encontrou boa receptividade no mercado exterior. A castanheira (*bertholletia excelsa*) é uma espécie vegetal própria de climas quentes e úmidos e de terras altas e de solos firmes. É uma árvore de grande porte, com altura variando entre 35 e 50 metros de altura. Sua ocorrência se dá ao longo da bacia amazônica, nos estados do Amazonas, Acre e Amapá sobretudo nas margens dos rios. No Estado do Pará foram as regiões do Trombetas, Baixo Amazonas e mais tarde a região do Itacaiunas/Tocantins que se destacaram como as maiores produtoras da amêndoa.

A castanha, regionalmente usada para a alimentação e o sustento de animais domésticos, embora tendo sua exportação iniciada em 1800, foi no início do século XX que se firmou, possibilitando a formação de novos grupos econômicos e relações sociais de poder na região. A produção brasileira era dirigida especialmente aos Estados Unidos e Inglaterra. Na época, os principais produtores de castanha, eram Manaus e Itacoatiara, no Estado do Amazonas e os municípios de Óbidos e Alenquer no Pará. Em 1921 a castanha obteve o primeiro lugar na pauta das exportações do Estado do Pará com uma produção total de 184.763 hectolitros. Nesse ano a principal região produtora era o Baixo Amazonas com 72.667 hectolitros. A produção da região do Tocantins foi de 53.728 hectolitros. (Anuário de Estatística do Pará, 1925).

Começando com uma produção relativamente modesta no conjunto do Estado, foi em meados da década de 20 que a região do Tocantins tornou-se conhecida pelas riquezas de seus castanhais. O Tocantins manteve uma produção média de 115.000 hl entre 1925 e 1928 com safras de importância alternada. A região passou a maior produtora a partir de 1927, ano em que Marabá obteve o primeiro lugar suplantando Alenquer e Óbidos.

O município de Marabá ficou conhecido durante várias décadas como “terra dos castanhais”, isto se deve a dois fatores: em primeiro lugar, ao fato de o município ter sido durante muito tempo o maior produtor de castanha; em segundo lugar porque lá residiam os grupos familiares detentores do poder político e econômico da região do Tocantins, a chamada oligarquia castanheira.

Na década de 1930, a fase de ascensão da castanha passou a ser identificada como um ramo com certa especialização. Os agentes desse processo definiram-se num perfil “empreendedor” pelas suas origens. Os mais fortes na esfera mercantil, estimulados pelo mercado cativo da amêndoa, deram um passo importante no controle do beneficiamento e da comercialização das castanhas lavadas e selecionadas. Os grupos oligárquicos que dominaram a região do Tocantins encontraram na exploração da castanha e no controle das terras sua legitimação econômica e política. A hegemonia desses grupos consolidou-se com a entrada no setor de beneficiamento e exportação.

Fase do monopólio da exploração

A economia da castanha que propiciava a alguns o controle do trabalho e da produção vai dar uma conotação particular ao processo de formação da sociedade local, em que grupos representantes do capital mercantil passam a realizar o controle desse setor, quer pela extração do lucro comercial sob diferentes formas, quer pela exploração do trabalho nos castanhais, dando-lhes condições para o exercício da dominação política local e para a crescente apropriação da terra nas áreas de castanhais, apoiada nessa economia florescente durante várias décadas.

O grupo de comerciantes financiadores, apesar de constituir apenas um elo na cadeia de exploração que tinha sua origem num contexto muito mais amplo, no mercado internacional, exercia dominação local. Na condição de grandes compradores de castanha, usava de influência política para monopolizar o comércio do produto, para se apropriar de extensos castanhais, valendo notar que alguns desses grupos tornaram-se posteriormente exportadores. Essas diferentes combinações que possibilitaram controlar a extração, a comercialização, a exportação e o poder local, não se deram sem conflito. Registraram-se situações em que apropriações de grandes áreas de castanhais aconteceram até mesmo tendo como motivação o resgate de dívidas contraídas com financiadores. Havia ainda as situações conflituosas que ocorriam por divergências políticas, uma vez que as chefias municipais desempenhavam papel importante no processo de aquisição dos castanhais.

Alguns desses grupos locais não eram apenas comerciantes/financiadores, pois passaram também a ser “donos” de castanhais, detendo ainda o monopólio das comunicações por meio dos rios. Na maioria dos casos, eram proprietários dos barcos usados no transporte da castanha. Tinham sob seu domínio não só o comércio da castanha, como também grande parte do comércio de gêneros alimentícios. Por meio da apropriação da terra, passaram a dominar toda a atividade produtiva. Tendo a seu dispor os meios que os capacitavam a controlar a atividade produtiva desde a extração da castanha lá na mata, o transporte para Marabá, até a entrega para o exportador, estavam dadas as condições iniciais para que alguns desses grupos exercessem a dominação política local. A fonte da riqueza e do poder desses grupos repousava sobre o monopólio do crédito, do transporte e, aos poucos, sobre o controle dos castanhais. Tudo isso lhes permitia auferir os maiores lucros no processo de comercialização. A isso se acrescentava o controle dos próprios castanheiros pelo sistema da dívida e pela força organizada de jagunços e pistoleiros.

Todavia os grupos que se formavam em Marabá como decorrência da economia da castanha só pode ser compreendida à luz de reflexão sobre o papel do extrativismo vegetal como atividade econômica dominante no Estado. Por outro lado, o monopólio da terra que aliado ao monopólio do comércio daria sustentação básica a essa forma de dominação, já vinha sendo incentivada pela política de terras do Estado desde a fase dos “Lauristas no Poder” até “o ciclo de Magalhães Barata”, usando

as expressões de Carlos Roque (1980), quando se verificou de maneira mais evidente a participação das “chefias políticas” nas concessões de terras devolutas do Estado.

Formas de apropriação das áreas de castanhais.

Quando se fala em áreas de castanhais é preciso levar em conta as diversas formas de apropriação das terras ricas em castanhas, que predominaram em diferentes momentos e que resultaram no controle das terras por poucas famílias.

Tal como aconteceu no início da exploração da borracha, até o início da década de 20, a exploração da castanha também assistiu a uma época de extração livre no sentido de acesso às terras dos castanhais. As primeiras formas de apropriação das áreas de castanhais datam de 1918, quando a Lei nº1747 permitia a compra de terras devolutas no Estado. Três anos depois, a Lei nº1947 previa o aforamento perpétuo em terras devolutas do Estado para a indústria extrativa de produtos vegetais. Mas a partir de 1925 foi introduzida uma nova forma de controle dos castanhais. Tratava-se do arrendamento, uma espécie de aluguel da terra por safra. Essa modalidade que se generalizou a partir de 1930, constituiu uma arma usada pela oligarquia castanheira para exercer o poder político e econômico sobre alguns médios e pequenos produtores que se dedicavam à coleta da castanha. O arrendamento acabou na prática com a “extração livre” e interessou de modo especial para a oligarquia como forma de monopolizar o comércio da castanha. A concessão de arrendamento passava por uma seleção inicial das chefias locais, que naturalmente iriam escolher entre os seus fiéis seguidores os principais beneficiados. Os processos que originavam os contratos de arrendamento dão uma idéia bastante clara de como essa forma de domínio temporário sobre as áreas de castanhais, constituía um precioso instrumento político. O processo constava de um pedido do interessado que normalmente alegava o tempo de moradia no município e, não poucas vezes, denunciava “irregularidades” que tinham sido cometidas por quem havia explorado o castanhal na safra anterior. Esse processo era encaminhado pelo prefeito ou intendente municipal ao governador ou interventor do Estado, que transferia ao interessado a área pretendida.

Concomitantemente a essa forma, permanecia, garantida por lei a “extração livre” nos chamados castanhais de servidão pública ou “castanhais do povo”. Nesses castanhais, os pequenos coletores, mediante o pagamento de uma taxa de inscrição às prefeituras locais, podiam coletar castanha desde que não ultrapassassem o limite estabelecido. Da forma totalmente livre da coleta no início do século, essa apropriação coletiva do recurso de algumas áreas passou a ser disciplinada pelo Estado. Segundo dados do Instituto de Terras do Pará -ITERPA, em todo o Estado havia 27 castanhais de serventia pública, distribuídos por 11 municípios. Esses castanhais haviam sido destinados a esse fim por meio de leis específicas. A área total era de 169.770 hectares. Em Marabá esses “castanhais do povo” são referência obrigatória na memória social. Eles foram concedidos de

1920 a 1960, compreendendo uma área total de 29.890 hectares que correspondem às serventias do Landy, Geladinho, Jenipapo, Alto Bonito. A essas serventias podem-se acrescentar ainda os 4.356 hectares da légua patrimonial de Marabá, nos quais os castanhais eram livres. Este dado permite ter uma idéia da extensão da terra de uso comum que foi apropriada por grupos locais.

Não foi pacífica a apropriação dessas áreas de servidão pública. A história deles registra o uso da violência pelos oligarcas e as reações de defesa por parte dos expropriados que não reconheciam o direito dos novos “donos”. Contribuíram para o desaparecimento dos castanhais do povo, o crescimento da cidade, a expansão da agropecuária e a apropriação pelos chefes políticos locais.

A partir de 1954 com a entrada em vigor da Lei n.º913, o aforamento se generaliza como forma principal de aquisição de castanhais. Essa forma de apropriação surgiu a partir de reivindicações dos grandes arrendatários de castanhais que passaram a postular não somente um tempo de permanência maior nas áreas de castanhais, uma vez que os arrendamentos eram temporários (contratos por uma ou mais safras), mas uma apropriação de fato das áreas de castanhais e de maneira permanente. Todas as vantagens, os diferenciais de produção e localização não foram ignorados quando se pretendeu a conversão do arrendamento em aforamento. De acordo com a Lei, o castanhal continuava sendo propriedade do Estado que concedia ao foreiro o direito de uso por 99 anos. Toda transferência de aforamento necessitava de autorização do Estado. Na prática, as cláusulas constantes nos títulos de aforamento nunca foram observadas e os foreiros tornaram-se, de fato, “donos” das áreas de castanhais.

No Pará, os aforamentos abrangem um período de concessão que vai de 1955 a 1966 e a partir daí eles só foram adquiridos por transferência de direitos dos foreiros originais. O Estado, nesse período, concedeu 252 aforamentos. Destes, 168, ou seja, aproximadamente 70% foram para Marabá. Embora estivesse previsto na Lei n.º913 a concessão de um único aforamento com área de 3600 ha para cada requerente, o que se observou desde o início foi uma tendência à concentração do domínio de áreas de castanhais por grupos familiares.(Emmi, 1988)

Os 168 aforamentos destinados a Marabá foram inicialmente apropriados por 152 foreiros. Se agruparmos os foreiros por famílias, aparece de maneira mais clara a concentração das áreas de castanhais. Essa concentração das terras irá se acentuar por toda a década de 70, quando sucessivas transferências de direitos vão contribuir para a modificação do perfil fundiário dos castanhais.

EVOLUÇÃO DA APROPRIAÇÃO DOS CASTANHAIS POR FAMÍLIAS OU EMPRESAS ÁREA DOS MAIORES FOREIROS DE MARABÁ E SÃO JOÃO DO ARAGUAIA (1960 – 1970)

FOREIRO	1960		1965		1970	
	n. de ha	%	n. de ha	%	n. de ha	%
MUTRAN	45.135	80,7	78.599	58,0	108.800	50,9

CIB	—	—	3.600	2,7	14.400	6,7
ALMEIDA	3.600	6,4	35.200	26,0	61.740	28,9
AZEVEDO	—	—	7.200	5,3	14.400	6,7
MORAES	7.200	12,9	10.800	8,0	14.514	6,8
TOTAL	55.935	100,0	135.399	100,0	213.854	100,0

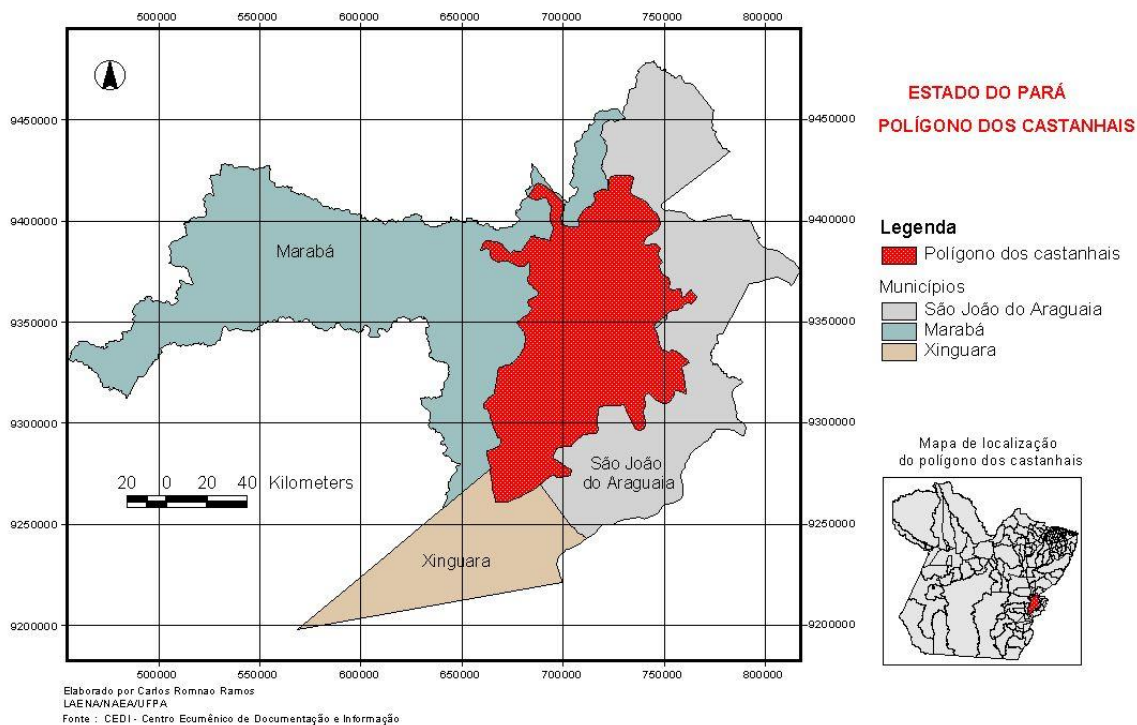
FONTE: ITERPA—Seção de Extrativismo, in Emmi, 1988, p.121

Mas, Marabá já não era na década de 60 apenas uma terra de castanhais como foi conhecida até fins dos anos 50. Embora uma análise da estrutura fundiária local deva necessariamente fazer referência às áreas de castanhais, estas cada vez mais deixam de ser o centro dos interesses econômicos. Marabá já não é mais um município isolado, já não depende tanto do rio Tocantins. Marabá passa a se ligar ao resto do Brasil por estradas e para o município se voltam interesses do capital industrial e financeiro, especulando em torno das riquezas de seu subsolo, fato consumado com a instalação nas décadas de 70/80 do Programa Grande Carajás.

Os castanhais tornaram-se áreas de disputa entre antigos ocupantes, migrantes, posseiros e os “donos” de castanhais que tentaram se assenhorar legalmente da proteção desses domínios na institucionalização do Polígono dos Castanhais.

A área de maior incidência de castanhais na região do Tocantins ficou conhecida como Polígono dos Castanhais. Apesar dessa área nunca ter sido oficialmente delimitada, a partir dos anos 80, quando os conflitos fundiários nessa região se tornaram mais intensos a expressão “polígono dos castanhais” tornou-se referência obrigatória nos documentos oficiais para designar a região dos castanhais localizada no sudeste do Pará, principalmente em Marabá, São João do Araguaia e Xinguara. A idéia da delimitação do polígono foi formulada pela primeira vez, em 1982, como resultado do 1º. Simpósio Nacional da Castanha do Brasil promovido pela SUDAM. Em 1983, a Associação dos Exportadores de Castanha do Pará e o Sindicato Rural de Marabá encaminharam ao então Ministro para Assuntos Fundiários um memorial no qual propunham a criação de um polígono para preservação das áreas de castanhais. Ainda em 1983, o deputado federal Gerson Peres apresentou na Câmara Federal o projeto de Lei n.º2036/83 que “cria o Polígono Castanheiro da Amazônia”. Este projeto foi aprovado pela Câmara em 1986 e encaminhado ao Senado Federal, onde foi arquivado. Uma outra observação é quanto à falta de consenso quanto à extensão e à abrangência do polígono, que aparece nos vários documentos. No Memorial dos donos de Castanhais a área do polígono teria 800.000 hectares e abrangeria os municípios de Conceição do Araguaia, Itupiranga, Marabá e São João do Araguaia. Para o GETAT, em documento elaborado em 1985, a área compreenderia 1.200.000 hectares e incluiria os municípios de Marabá, São João do Araguaia e Xinguara. Para o IBDF a área do polígono teria 1.747.900 hectares e abrangeria os municípios de Itupiranga, Marabá, São João do Araguaia e Xinguara.

O mapa a seguir apresenta ao Polígono dos Castanhais, tomando como referência dados do GETAT. Com área de aproximadamente 1.200.000 hectares, e abrangendo os municípios de Marabá, São João do Araguaia e Xinguara.



O processo de trabalho nos castanhais.

Até o início da década de 20 a exploração da castanha era livre, no sentido de acesso a terra e em alguns casos, no sentido da organização do trabalho sem dependência de um patrão. Le Cointe (1921) descreve nessa fase o deslocamento de populações na busca da castanha, quando o trabalho era realizado em base puramente familiar. O autor comenta a exploração comercial a que os trabalhadores eram submetidos pelo regatão, espécie de comerciante ambulante que instalava seu depósito de mercadorias bem próximo às barracas dos castanheiros.

A coleta da castanha, entretanto, era também organizada por pessoas que tendo recebido financiamento do comércio de Marabá, formavam grupos de trabalhadores para coletar castanha: não tendo inicialmente o controle da terra do qual pudessem tirar renda, apropriavam-se do produto do trabalho alheio. Pagavam aos coletores em gêneros alimentícios e outros, raramente em dinheiro, tratava-se do conhecido sistema do aviamento, praticado em grande escala na exploração dos seringais.

O processo produtivo da castanha compreende a colheita e beneficiamento primário para a exportação em Belém e os serviços de entre-safra. Estes compreendem a conservação das estradas, a limpeza dos igarapés, a conservação de pastagens, de roçados e dos armazéns. Esse trabalho é feito pelo juquireiro, contratado por empreita durante aproximadamente 3 meses (setembro, outubro e novembro). A coleta e reunião dos ouriços caídos principiam em janeiro quando é mais intensa a queda dos frutos. No início do período, o castanheiro dedica-se apenas à coleta dos ouriços, transportando-os em paneiros para um local junto a um grupo de outros castanheiros, a partir daí passa ao corte dos ouriços reunidos e prossegue a catação dos frutos que continuam a cair.

As sementes retiradas dos ouriços são amontoadas em depósito rústico sem cobertura, apenas para impedir o contato com o chão, até que sejam transportadas para a sede do castanhal. O transporte da castanha é feito em tropas de burros dos depósitos para o barracão. Ao chegar ao barracão, ela é levada em paneiro e passada na água corrente do igarapé, separando-se as sementes podres. A castanha armazenada no barracão, sede do castanhal, sofre novo transporte para o centro primário de comercialização, a cidade de Marabá, onde a castanha é armazenada.

Os serviços do castanhal envolvem uma divisão técnica do trabalho e sua distribuição entre trabalhadores. A presença do “barracão” indica que o castanhal tem um “dono”. Os trabalhadores se especializam em diferentes atividades: coleta, lavagem, transporte. Além desses trabalhadores diretos, há aqueles que trabalham no barracão recebendo e controlando a produção, significando a figura do patrão nos castanhais. Já no fim da década de 50, quando se acha em vigor o sistema de aforamento perpétuo, como regra geral na apropriação dos castanhais, o “dono” do castanhal passa a ser não só o organizador da produção, mas também a ter o domínio de fato da terra.

O processo de trabalho nos castanhais envolve as seguintes categorias: castanheiro, tropeiro, lavador, barqueiro, cantineiro, encarregado, escrivão, empreiteiro ou gerente.

- O *castanheiro* é o extrator direto cujo trabalho consiste na coleta e quebra dos ouriços e no seu empilhamento no depósito. Ganha por hectolitro de castanha coletado, descontado o adiantamento (aviamento que recebeu antes de se internar na mata e mais as despesas que efetivou no barracão). O preço do hectolitro é acertado antes da safra pelo patrão, normalmente em novembro ou dezembro e o acerto de contas se dá em maio ou junho.

- O *lavador* tem como tarefa lavar as castanhas, separando as podres e tirando a lama nelas impregnada. Ganha por hectolitro trabalhado; o serviço dura cerca de 4 meses. Em castanhais de pequena produção, esse trabalho também é realizado pelo castanheiro

- O *tropeiro* conduz em tropas de burro a castanha coletada dos “pontos”; ganha por hectolitro transportado e pelo número de tombos (medida de distância nas estradas do interior dos castanhais); se o tropeiro não é dono da tropa de burros, ele trabalha no sistema de “meia”, quer dizer, de seu

pagamento 50% vai para o dono da tropa. Antigamente a castanha era transportada pelo próprio homem; o uso do burro verificou-se no final da década de 20.

- O *barqueiro* ganha um salário fixo mensal e conduz castanha dos igarapés para Marabá; pode trabalhar também no carregamento. Antes da introdução de barcos com motores a diesel, havia batelões que eram movidos à força humana, envolvendo o trabalho de 18 a 20 barqueiros; desempenhavam papel muito importante, transportando a castanha para Tucuruí e, na volta, trazendo mercadorias para o comércio de Marabá. Mais tarde, até mesmo nos igarapés esses batelões deixam de ser utilizados sendo substituídos pelos pentas (canoas com motor de popa).

- O *cantineiro* ganha por mês, salário combinado no início da safra. Sua tarefa consiste em fornecer as mercadorias aos trabalhadores, além de anotar a produção de cada um (essa tarefa pode ser executada por um escrivão).

- O *encarregado* geral ou *empreiteiro* é quem organiza a produção do castanhal. Recebe o adiantamento (em dinheiro) do dono do castanhal, providencia a compra de mercadorias para o barracão, contrata os trabalhadores e faz o aviamento para cada um, trabalha numa espécie de empreitada, ganha por hectolitro produzido no castanhal. O preço do hectolitro é acertado antes da safra. O encarregado é o homem de confiança do patrão, uma espécie de representante do patrão no castanhal.

Estas são as categorias básicas, mas não as únicas. Há casos em que o mesmo trabalhador executa diferentes tarefas como o do castanheiro/lavrador e do cantineiro/escrivão. Quanto à figura do empregado geral ou empreiteiro, ela é mais comum quando o dono de castanhal não reside em Marabá. Quando mora em Marabá o normal é que ele dirija o processo produtivo intermediado por um gerente.

A referência ao processo produtivo no castanhal questiona a essência do processo de apropriação do excedente, especialmente no que concerne à forma e à vigência dessa apropriação. A apropriação do excedente se daria por meio da troca desigual entre a castanha coletada e as mercadorias adquiridas no barracão, no monopólio da compra da castanha acrescido a mecanismo de forçar dívidas antecipadas e difíceis de serem saldadas, além da fraude na medida do hectolitro.

É o dono do castanhal quem estima, estipula o preço do hectolitro que será trocado não por dinheiro, mas por mercadorias do barracão, que são vendidas por preços muito superiores aos seus custos. Além disso, a troca desigual é obrigatória e antecipada, porque quando o castanheiro vai para o castanhal, ele já recebeu a mercadoria/dinheiro que deverá trocar pela castanha coletada. E raramente o produto do seu trabalho é avaliado de maneira que seja suficiente para cobrir o valor do aviamento, ficando este preso por dívidas ao dono do castanhal, devendo saldar seus compromissos na próxima

safra. A medida irregular do hectolitro é outra forma de apropriação bastante generalizada e assim é sintetizada por Lagenest,

a medida oficial do hectolitro não é observada pelo patrão. Ele considera como hectolitro uma medida que dá realmente 120 a 130 litros. Em julho de 1945 ficou provado que barcos carregados em Marabá, com 3.109 hectolitros e pagos aos castanheiros nessa base, descarregaram no porto de chegada 3.694 hectolitros, isto é, 585 hectolitros a mais do que foram embarcados; o que significou no momento da venda um aumento de nada menos do que 400 (Lagenest, 1958, p.51).

Para entender as formas de exploração do capital mercantil é preciso ter em mente as relações que se dão em vários níveis na economia da castanha. A relação básica é a estabelecida entre o “dono do castanhal” e os trabalhadores diretos no castanhal. As relações de exploração que se estabeleciam nem sempre apareciam em sua forma real; eram mediatizadas por relações de caráter paternalista, especialmente as que se davam entre o dono de castanhal e encarregados, em que aparecia a figura do “bom patrão” e do “mau patrão”. As relações entre donos de castanhal e castanheiros, vítimas maiores da exploração que se estabelecia, revelam aparentemente a aceitação da dominação/subordinação vigente. Entretanto a “passividade” dos castanheiros em relação à exploração não é real. Conforme depoimentos tomados em Marabá, as reações à exploração se faziam presentes ainda que isoladas e individuais; traduziam-se no roubo de castanhas para vender ao dono de outro castanhal, no enfrentamento direto com os homens do patrão de onde resultaram mortes freqüentes, na fuga após receber o aviamento, por estarem certos de que o produto do seu trabalho – devido às diversas formas de exploração – não seria suficiente para saldar a dívida.

Fábricas de beneficiamento da castanha em Belém.

Todo esse trabalho no interior do castanhal vai ter a sua continuidade no processo de beneficiamento e exportação que vai se dar nas fábricas localizadas em Belém para onde a castanha é transportada .

Do castanhal onde são realizadas as tarefas de coleta até à fábrica onde a castanha vai ser preparada para entrar no processo de circulação da mercadoria, novas categorias de trabalhadores são agregadas desempenhando tarefas específicas.

A fábrica vai apresentar peculiaridades como trabalho assalariado e a predominância do trabalho feminino. Mas há traços comuns no processo de exploração do trabalho: se o castanheiro sentia-se prejudicado pelas estratégias usadas pelo encarregado no momento de medir a sua produção em hectolitros, agora são as quebradeiras de castanha que vêm na balança manipulada o instrumento que corporifica “a exploração e o roubo do peso, de suas energias, de sua vida” (Castro, 1988, p. 410).

Por outro lado, se mudam os trabalhadores, os patrões vão ser os mesmos donos de castanhais. Os donos das principais fábricas de beneficiamento e exportação de castanha de Belém são membros da oligarquia castanheira de Marabá.

Os dois processos de trabalho se interligam, ambos dependem do período da safra da castanha. Na fábrica vão existir outras categorias de trabalhadores que vão desempenhar atividades específicas.

Uma vez chegada ao porto de Belém, a castanha é levada para as fábricas iniciando-se um novo processo de divisão do trabalho. A primeira atividade é o descarregamento de castanha no porto de onde seguirá para o processamento. No momento do descarregamento da castanha na fábrica é feita a cubagem para avaliar e controlar a quantidade de castanha que vai ser armazenada.

Chamando atenção para o fato dessa atividade depender essencialmente do esforço físico, Castro assim descreve esse trabalho:

“Os homens organizados em fileiras repassam uns aos outros, em movimentos rápidos e precisos, paneiros abarrotados de castanha. O paneiro que é instrumento importante no castanhal, é reutilizado em outra dimensão na fábrica, embora guardando as funções referentes ao transporte e medição”. (Castro, 1988, p.407).

Fases do processo de beneficiamento.

O processo de trabalho na fábrica utiliza-se de tecnologia muito simples que repousa de modo especial no esforço físico dos trabalhadores. Para a autora citada, é a forma como está estruturada essa atividade aliada à utilização de equipamentos rudimentares que determinam, em boa parte, as condições de trabalho, as quais são ainda agravadas pelo aviltamento do salário (resultante da forma de controle da produtividade), pelo não-pagamento dos subprodutos gerados e pelas irregularidades que ocorrem no momento de pesagem da castanha.

Uma vez chegada ao depósito, a castanha vai passar por várias fases do processo de beneficiamento que tem a exportação como objetivo. O primeiro procedimento é a secagem em média por 12 horas objetivando a desidratação. A seguir a castanha passa para a fase de crivagem que consiste na seleção das castanhas graúdas que têm preferência comercial. Esse trabalho é feito por mulheres, as crivadeiras. As castanhas que não foram selecionadas na crivagem vão passar por novos processos: quebragem, classificação e secagem. O processo de quebragem é precedido da reidratação, o que facilitará os novos procedimentos. Com a quebragem, novas categorias de trabalhadoras são incorporadas ao processo. As denominações referem-se ao trabalho que executam: quebradeira, cortadeira, balanceira, pedaceira. O trabalho da quebradeira consiste em descascar a castanha separando em caixas a castanha inteira, a castanha quebrada, a podre e as cascas. O salário da quebradeira é calculado tendo como referência apenas a quantidade de castanhas inteiras descascadas,

não incluindo os subprodutos gerados nessa fase, que têm todos eles destinação comercial. A castanha podre é vendida para as fábricas de sabão; as cascas são aproveitadas para alimentar a caldeira, além de ser aproveitada como aterro e como adubo. Já a castanha em pedaços, depois de desidratada passa para as mãos das cortadeiras, que conferirão aos pedaços uma certa uniformidade. As castanhas quebradas destinam-se a fabricação de doces, chocolates e tira-gosto.

As castanhas inteiras são acondicionadas em caixas com capacidade de 5 kg , para serem pesadas pela balanceira.

“A balança materializa ao mesmo tempo a fadiga, o cansaço e os poucos rendimentos daquela produção mas também o resultado de seu trabalho. No discurso das quebradeiras a balança está sempre presente, corporificando a exploração e o roubo do peso, de suas energias, de sua vida. A balança rudimentar das quebradeiras é alterada, é manipulada. A balança da embalagem é precisa, é moderna”. (Castro,1988, p.410)

Todo esse processo produtivo vai ter sua finalização com a castanha sendo embalada e pronta para a comercialização. Depois de pesada, a castanha passa por uma esteira vibratória onde é classificada por tamanho e levada para nova desidratação em estufas e posterior resfriamento e acondicionamento em caixas de papelão. Concluindo o processo, as caixas são fechadas e transportadas para a armazenagem estando prontas para serem comercializadas.

O beneficiamento da castanha como atividade econômica desenvolvida num empreendimento fabril de base extrativa nos conduzem a uma reflexão sobre as peculiaridades da indústria paraense, em seus primórdios, pontuando os limites desse tipo de empreendimento para o desenvolvimento de um processo de industrialização.

A indústria paraense: das origens até os anos 60.

Existe um consenso entre os historiadores sobre as causas do desenvolvimento desigual da indústria nas diferentes regiões do país. A motivação principal da concentração desses empreendimentos industriais nas regiões mais ricas, onde o processo de acumulação de capital já se havia iniciado, esta relacionada com a perda da posição hegemônica da oligarquia, no novo pacto de poder inaugurado pela Revolução de 1930. Este fato vai abrir caminho para o processo de industrialização.

A economia paraense é marcada pelo extrativismo vegetal o que talvez tenha contribuído de forma importante para um tardio processo de industrialização. As primeiras iniciativas do governo federal no sentido de incentivar a atividade industrial surgem com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia-SPVEA em 1953, que de maneira tímida teve entre seus objetivos o favorecimento a industrialização de matérias –primas e plantas nativas na região.

A história das indústrias paraenses, sua origem e evolução têm constituído, ainda que de maneira pontual, objeto de algumas análises, sobretudo de trabalhos acadêmicos, (Cativo Rosa, 1982; Novaes, 1994) que revelam em diversos períodos os limites estruturais para sua ampliação e consolidação como base da economia regional. Santos assinala que o papel de entreposto da economia extrativista e empório de redistribuição de bens importados e serviços, ao lado de outras condicionantes históricas constitui “uma explicação cultural para a extrema raridade do homem de indústria na Região, sintoma significativo do desinteresse da mentalidade da oligarquia regional pelas atividades fabris no passado” (Santos, 1978, p.131).

A gênese do processo de industrialização paraense, que remonta o período colonial, onde se destacam os engenhos e a produção de alimentos, os fatores que contribuíram para a criação e manutenção da empresa industrial paraense, os tipos de indústrias que predominaram em cada período, dando ênfase especial à indústria extrativa, serão tratados a seguir.

As primeiras iniciativas manufatureiras.

No período colonial, podemos considerar os engenhos de açúcar como as primeiras iniciativas manufatureiras. Durante esse período, a economia paraense era direcionada à produção de determinados gêneros agrícolas extrativos para satisfazer a demanda do mercado externo. Ao mesmo tempo desenvolviam-se atividades econômicas necessárias à subsistência, como a produção artesanal dirigida ao consumo local. Essa produção de caráter familiar tinha por base o trabalho escravo ou semi-servil, com as regras vigentes nos latifúndios monocultores que constituíam a base da formação econômica e social. As mercadorias eram produzidas através do trabalho manual de artesãos que com ferramentas simples produziam diversos objetos, como chapéus, selas, artefatos de couro, de madeira e de borracha. Como resultado da evolução das unidades artesanais familiares para empresas manufatureiras, algumas fábricas se desenvolveram, durante o século XIX. Papel destacado teve nesse período, a manufatura da borracha paraense com a produção de sapatos para exportação, essa produção teve seu auge no início do século XIX, mas declinou a partir de 1855 (Mourão, 1989)

Outra atividade manufatureira que se desenvolveu nesse período foi a construção naval. Em Belém concentravam-se pequenos estaleiros que propiciaram a fabricação de cordas, cabos estopas e óleos, como atividades complementares à construção naval.

Estabelecimentos fabris destinados ao mercado local

A economia paraense desestruturada durante a Cabanagem, a partir de 1850 iniciara o processo de retomada econômica, com a reorganização do trabalho para a coleta de gêneros extrativos, o plantio de espécies agricultáveis, os serviços nas fazendas de criação e nos engenhos. Aconteceu uma rearticulação do comércio e do movimento portuário. O segmento dos comerciantes livrou-se do

isolamento em relação ao mercado interno, realimentando o promissor mercado internacional. Nesse período, abriu-se espaço para a produção de bens de consumo para o mercado regional; ao lado dos tradicionais engenhos de fabricação de açúcar, vão aparecer os ‘estabelecimentos fabris’ vinculados estreitamente ao mercado local. (Acevedo, 1988)

Ainda por volta desse mesmo ano, 1850, como acontecia na Capital do Império, aqui também se implantaram estabelecimentos destinados a substituir alguns produtos importados, como fábricas de sabão, velas de sebo, óleos, chocolates, carroças, carruagens, cordoaria, chapéus, além de fundição de máquinas. Em 1862, os estabelecimentos “artesanais” e “industriais” da província foram recenseados constatando-se que os 1.095 em funcionamento, empregavam 9.608 trabalhadores e nas “fábricas de Belém” encontravam-se dois terços desse grupo (7.596 trabalhadores). Evidentemente os critérios para definir os estabelecimentos “artesanais” e “industriais” eram amplos incluindo-se casas de farinha, engenhocas, pequenas olarias. Registrava-se um número reduzido de “fábricas” beneficiadoras de matéria-prima agrícola e extrativa (algodão, arroz, café e madeira). Por outro lado, poucos estabelecimentos haviam introduzido as novidades como máquinas movidas a vapor e a contratação de trabalhadores livres.(Acevedo & Emmi, 1991)

O Estado do Pará, em 1862, contava com mais de 100 engenhos de açúcar e com 98 pequenos estabelecimentos industriais. Essa produção era baseada em matérias primas de origem local, com pouco beneficiamento a elas agregado. De acordo com a produção, esses estabelecimentos fabricavam sabão, óleo, cal, louça de barro, vinho de caju e de chocolate. Havia ainda, curtumes, olarias e serrarias. (Santos,1978). O autor assinala que em 1892 esse parque, que produzia basicamente cerâmica e serrados, foi reduzido para 89 estabelecimentos.

A persistência de manufaturas integrada à produção de gêneros agricultáveis e de extração-beneficiamento de matérias-primas, produzindo para o mercado local dependente da importação de mercadorias, é uma característica desse período. Os estabelecimentos considerados sólidos, eram pouco e respondiam pelos ramos gráficos, de carpintaria e de construção civil. Esses estabelecimentos se caracterizavam por serem de pequeno tamanho e por produzirem variedade de mercadorias. A organização do trabalho era de base familiar e de maneira geral utilizavam instrumentos de trabalho simples.

As primeiras indústrias paraenses.

A aplicação de capitais individuais na criação da empresa fabril, vai se dar apenas no final do século XIX. Essas empresas eram caracterizadas pelo uso de máquinas, aliadas ao emprego de ferramentas simples. Localizavam-se próximas aos centros urbanos e nelas se introduzia o trabalho assalariado. No período compreendido entre 1890 e 1900 apareceram vinte e cinco novas fábricas em Belém. Destas, poucas se consolidaram e tiveram participação expressiva na História Paraense. No

ramo de medicamentos, merecem registro, a Pharmácia e Drogaria Cesar Santos (fundada em 1884) e a Pharmácia e Drogaria Beirão (1888). No beneficiamento da borracha, a Indústria de Pneumáticos do Pará Bitar & Irmãos (1987). No ramo de beneficiamento de cereais, a Fábrica Diana (1885) no ramo de produtos alimentícios, Fábrica Palmeira (1892) e em 1895, na produção de fibras, cordas e cabos, a Fábrica Perseverança. (Mourão, 1989)

Observa, ainda, a historiadora que o número de estabelecimentos industriais pouco aumentou até o final do século XIX. Predominavam indústrias de pequeno porte, ocupando força de trabalho familiar, utilizando tecnologia rudimentar. Mas, havia indústrias que se diferenciavam pelo tamanho, pela tecnologia utilizada além da qualidade e variedade dos produtos. Com essas condições alinhavam-se a Fábrica Palmeira, na produção de alimentos; a Fábrica Freitas Dias & Companhia na produção de objetos de ferraria, carpintaria e construção civil, a Usina Victória na produção de óleos e exportação de sementes oleaginosas, a Fábrica Bitar Irmãos & Cia que fabricava artefatos de borracha.

Nas primeiras décadas do século XX, gradativamente, vão aparecendo novas unidades industriais. Em 1924 foi realizado pelo Governo do Estado do Pará um recenseamento da indústria e do comércio paraense. O “Livro do Centenário”, publicação resultante desse recenseamento, registra elementos que permitem inferir as condições de funcionamento das principais indústrias dessa época. Alinham-se como principais, a Fábrica de Cervejaria Paraense, fundada em 1905, tinha a capacidade de armazenar cerca de doze mil litros de cerveja, para isso contava com 14 adegas para fermentação. Seus equipamentos eram de origem alemã. Produzia vários tipos de cerveja e de refrigerantes. Foi a primeira indústria deste ramo implantada no norte do país. Empregava cerca de 150 operários. A Fábrica Palmeira (1892) produzia uma variedade de massas alimentícias, caramelos, doces finos, chocolates, biscoitos, além de pães, café e açúcar refinado. Empregava cerca de 400 operários em amplas instalações que contavam com maquinaria moderna e bem aparelhada. A Fábrica São Vicente fundada em 1910, dedicava-se à produção de doces de vários tipos utilizando-se de frutas regionais. À essa produção aliava o beneficiamento de castanha para exportação (Mourão, 1989).

Essa época, alguns fatores contribuíram para expandir a produção das indústrias paraenses, entre estes, a expansão da produção da borracha na Amazônia que trouxe como resultado certa prosperidade econômica à região permitindo que parte do capital acumulado pudesse ser empregado em atividades industriais. A distância e a dificuldade de acesso à região amazônica, que só era possível por via aérea ou aquática, tornando muito caros os produtos vindos de outras regiões, constituíram uma espécie de barreira que acabou por contribuir para a criação e manutenção da empresa regional neste período.

Tipos de indústrias paraenses até os anos 50.

No parque industrial paraense, dos anos 30 até os anos 50, pontificavam dois tipos de indústria. As indústrias do primeiro grupo produziam matérias-primas semi-manufaturadas, direcionadas quase exclusivamente à exportação. Nesse grupo se alinham as que produziam a borracha lavada, o couro curtido, a madeira serrada, óleos e essências, beneficiavam castanha, prensavam juta e selecionavam sementes oleaginosas. Três usinas destacaram-se nessa produção. A Usina Vitória que era movida a vapor e a eletricidade, selecionava por dia, 3,5 toneladas de sementes, empregava aproximadamente 400 pessoas. A Usina Conceição além da seleção de sementes para exportação, produzia óleos vegetais e ocupava mais de 300 pessoas, utilizando maquinaria movida à eletricidade. A Fábrica Vila Nova beneficiava semente, extraía e refinava óleos empregados na saboaria e no uso culinário. Empregava cerca de 200 pessoas e seus produtos eram exportados para os Estados Unidos e para a Europa. No setor destinado à produção de artefatos de couro, tiveram relativa importância os curtumes Maguari e Americano. Na produção de artefatos de borracha e borracha laminada sobressaiam a Bitar Irmãos & Cia, a Fábrica Eureka e a Usina de Refinação de Borracha. Tinham uma produção variada, desde câmara, pneumáticos, tubos diversos até borrachas para vidros de automóveis e bicos de mamadeiras. Essas três fábricas empregavam em seu conjunto cerca de 1300 trabalhadores. Os donos da Bitar Irmãos tinham sob seu controle, além de outras, a Fábrica Progresso, direcionada ao beneficiamento da castanha.

Trajatórias das empresas exportadoras de castanha.

Na trajetória das firmas e de empresários ligados à castanha podemos marcar duas fases diferentes. Na primeira predominavam as firmas tradicionais da borracha. Santos reportando-se a essa época assinala que:

as casas aviadoras de Belém e de Manaus passam a fornecer largas quantidades de mercadorias aos patrões para serem pagas com castanha que vendem aos exportadores. Estes últimos são os mesmos que monopolizam o comércio exterior da goma elástica. Em 1929, ainda eram os principais exportadores de castanha de Manaus, General Rubber Co. of Brazil, Alden LTDA, Amazon River, e outros (Santos, 1980,p. 185).

O monopólio exercido pelo grupo de exportadores correspondia ao monopólio exercido pelas casas aviadoras. Segundo dados da Associação Comercial do Pará, nos fins da década de 1920 eram, recebedores de borracha, castanha e cacau em Belém, entre outras as firmas, a Monteiro da Silva,

Bittar Irmãos, Marcos Athias, Simão Roffé, Reninger & Cia, Nicolau da Costa, A.Borges & Cia, Dias & Cia, e F. Chamié. Havia assim um grupo que dominava o extrativismo vegetal quer se especializando na exportação de um produto, quer diversificando a exportação.

Essa fase corresponde à primeira década do século e tem sua maior significação nos anos 20. É caracterizada pelo sistema de representação das casas receptoras da capital no interior, no caso do Tocantins, principalmente em Marabá. Foi desse modo que se deu a entrada das firmas A Borges & Cia e F. Chamié. Uma exceção foi registrada por uma família de comerciantes de Marabá- os irmãos Chamon- que conseguiram concorrer localmente com as firmas representantes das casas aviadoras. Nos fins dos anos 20, o grupo Chamon, transacionou seus armazéns, depósitos e barcos para a firma Dias & Cia.

Em Belém, a usina de beneficiamento de castanha e também fábrica de conserva São Vicente situava-se à margem do movimento maior provocado pelo fluxo de castanhas comercializadas no exterior. A expansão para os espaços com abundância de castanha, como o vale do Tocantins, permitiu balancear o impacto de safras irregulares, fato característico da espécie.

Em 1921, registrou-se a castanha no primeiro lugar das exportações do Estado. Dominou o controle desses estoques numa ótica apenas comercial. O mercado externo recebia a fruta com casca. O coronel José Júlio de Andrade que controlava os rios Jari e Paru (município de Almeirim) inovou no tratamento da castanha exportada submetendo-a a “cuidadosa lavagem”. Poucos compradores faziam esse beneficiamento que se tornou exigência após 1920, alcançando o produto lavado e selecionado “mais remunerados preços”. No Tocantins a firma Borges e Cia conseguiram tornar famoso o chamado tipo “Tocantins” pela qualidade da lavagem e da crivagem.

Com a introdução da usina de beneficiamento oferecendo o produto, castanha descascada, alterou-se um pouco o sistema de comercialização. Provavelmente haviam transformado o corte ou quebra em rotina de exame de qualidade. Em 1934 foram as maiores exportadoras as firmas Soarez & Filho, a Companhia Industrial do Brasil e a firma Teixeira & Cia. As exportações foram direcionadas para os Estados Unidos e para a Inglaterra.

Na década de 30 os empreendimentos das usinas de beneficiamento eram extremamente acanhados. Nesse ano foi fundada a Companhia Industrial do Brasil-CIB, que beneficiava borracha e castanha. Em 1932 empregava 200 operários.

Ao serem estabelecidas as semelhanças entre o castanhal e a fábrica, no nível da organização do trabalho e de racionalidade despontam duas observações, enquanto sistemas produtivos. A primeira é que ambos estabelecem formas não capitalistas de produção; a segunda é que a estratégia fundiária

de apropriação e controle dos castanhais do Pará por via do aforamento, arrendamento ou propriedade realizada pelos “donos” de castanhais, restringia-se à presença do barracão, com isso fechava-se o espaço das relações entre o castanheiro-extrator e os patrões de modo coercitivo, qualificáveis de semi-servidão.

O crescimento da economia da castanha não significou inovar na articulação dos sistemas produtivos e na racionalidade dos empreendimentos. A extração permanece no padrão aportado pelo coletor individual (instrumentos de trabalho, organização nas colocações), observa-se uma motivação simplista de crescimento pela expansão e incorporação de novas áreas abundantes de castanha e do aumento de mecanismos de coerção sobre o trabalhador impondo-lhe medidas e preços das mercadorias e dos gêneros coletados.

As usinas maiores resolveram com formas de anexação de pequenas fábricas a garantia de frutos em safras irregulares, conseguindo responder às demandas dos exportadores. Tecnicamente mantém instrumentos de trabalho e os mesmos padrões de processo de trabalho afirmando seu arcaísmo. Localmente não surgiram produtos de beneficiamento mais avançado (enlatados, doces, óleos, tortas) com base na castanha (Acevedo & Emmi, 1991).

O que se assiste nos anos 50, pode ser visto do ângulo de permanência de interesses mercantis latifundiários, de reiteração de padrões comerciais com o fortalecimento do grupo que integrou a extração com beneficiamento simples e as exportações. Entretanto não houve a consolidação da economia da castanha nos anos recentes, convivendo com uma crise congênita que não se explica apenas por razões externas ao seu desenvolvimento, tais como, mudanças na economia regional, mercados, concorrência da castanha de caju. Evidentemente, a atividade industrial não superou a condição de apêndice dos interesses comerciais latifundiários. De fato, na história do beneficiamento da castanha confere-se um atrofiamento enquanto ramo produtivo.

As décadas de 50 e 60 vão marcar uma nova etapa da trajetória das firmas que se dedicam ao comércio da castanha. Se anteriormente era possível distinguir os exportadores (firmas tradicionais ligadas à exportação da borracha) dos comerciantes-aviadores e dos donos de usinas de beneficiamento, esta etapa é caracterizada por uma renovação no quadro de exportadores, por uma diferenciação de interesses dos atores. A emergência da figura do “dono de castanhal” que ganha importância, no momento que mudanças na Legislação de Terras do Estado permitiram aquisição e controle permanente das terras dos castanhais. Esses elementos novos vão resultar numa dificuldade na identificação de um segmento empresarial exclusivamente castanheiro. Os tradicionais exportadores vão ser substituídos por firmas especializadas na castanha, ligadas a várias regiões

produtoras. Assim temos Dias & Cia, Borges & Cia (ambos em Marabá) Chocron, Hamoy & Cia (os dois de Óbidos), Florenzano (Oriximiná). Permanecem a Companhia Industrial do Brasil (ver no livro de quem era) e a estas vem se juntar posteriormente (ver no livro e no jornal em que época) firmas do tronco familiar Mutran de Marabá: Benedito Mutran & Cia Ltda, Exportadora Mutran Ltda, Jorge Mutran Exportadora Ltda.

Outra marca desta etapa é a diferenciação entre atores. Quando se fala em empresas da castanha, há que se distinguir: a) os donos de usinas que estão localizadas nas grandes cidades, mas que são desligados da coleta, não são proprietários de castanhais. b) o grupo de exportadores e beneficiadores que podem ser ou não proprietários de castanhais, c) os beneficiadores não exportadores d) os beneficiadores, exportadores e proprietários de castanhais que também são criadores de gado (produtores rurais). Individualmente verifica-se em períodos diversos o fortalecimento de uma atividade conectada no processo da transformação da castanha em mercadoria. Ora a política favorecerá o grupo que procura ampliar seus bens com o controle de terra, ora o grupo de exportadores.

Indústrias do segundo tipo: produção direcionada à demanda local. O outro grupo era composto por aquelas indústrias que produziam bens de consumo destinados à satisfação das necessidades locais, como a indústria da construção civil, alimentação, bebidas, produtos de limpeza, calçados, chapelaria e vestuário. Na produção de saboaria, perfumes e cosméticos, destacavam-se a Fábrica de Perfumarias Paraenses, a Fábrica Lusitânea, a Fábrica Proença e a partir de 1932 as Perfumarias Phebo Ltda que produziam perfumaria em geral e vários tipos de sabão. Essa fábrica também atuava, entre outros, nos setores de estamperia, metalurgia e tipografia (Rodrigues, 1939)

Fazendo uma síntese do que foi o parque industrial paraense até os anos 50, Santos considera que tanto as indústrias que tinham a produção voltada para o exterior como aquelas voltadas para o atendimento da demanda local, apresentavam

baixo nível tecnológico, operando a custos elevados e só conseguindo manter-se no mercado graças 'a proteção oferecida pelos altos fretes marítimos entre o norte e o centro industrial do país. (Santos, 1978, 133)

Algumas indústrias que até os anos 40 apresentavam razoável funcionamento como as de calçados e artefatos de fumo, na década de 50 fecharam suas portas. As motivações principais parecem ter sido custos de matéria prima e a concorrência extra- local. As indústrias de calçados Fábrica e Sapataria Roffé, Sapataria Gurjão, Boa Fama e Lisboa, entre outras, fecharam suas portas. As produtoras de derivados de fumo como a Nacional, a Aurora, e Fábrica Terezita, entre outras, não

resistiram à concorrência e foram incorporadas pela Companhia de Cigarros Souza Cruz, que aqui se instalou em meados dos anos 50.

Conclusão.

Os limites para a implantação de um parque industrial de base extrativa vegetal no Pará Uma reflexão sobre o a história do processo de industrialização no Pará, das origens até os anos 60, aponta alguns fatores que dificultaram, ou seja, constituíram entraves para que no início do século vinte aqui se instalasse um dinâmico parque industrial. O primeiro deles é a ausência de infra-estrutura causada pela limitada produção e fornecimento de energia elétrica. Isso restringia as tentativas de modernização dos equipamentos industriais. As relações de trabalho vigorantes na época (relações semi-servis) muito comuns nas pequenas fábricas urbanas e nas extrativas rurais, nas quais, em alguns casos, o pagamento do salário era feito em mercadorias, constituíam outro fator limitador.

Até o início dos anos 50, em que pesem os fatores anteriormente mencionados a indústria paraense tinha significativa presença no conjunto da economia paraense. É também na década de 50 que algumas políticas federais dirigidas à Amazônia vão introduzir componentes novos, é o momento em que a Amazônia vai fazer parte do planejamento estatal, em nível federal.

Visando promover o desenvolvimento econômico da região foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia- SPVEA, que instalada em 1954, destacou-se em promover investimentos em infra-estrutura e transporte. Santos, salienta que,

“apesar de a SPVEA jamais ter aninhado qualquer modelo de industrialização, sua participação à fundação ou estímulo a novas indústrias e à renovação de outras. Verificou-se então, um crescimento dos índices industriais do Pará, cujo parque, muito deprimido entre 1948 e 1952, passou a recuperar-se em 1955 e continuou a expandir-se firmemente até 1963”. (Santos, 1968, p.134)

A dificuldade de acesso à região contribuía para a formação de uma espécie de barreira de proteção das indústrias regionais. Essa barreira vai ser derrubada pelo movimento de expansão do capital que se registra no início da década de 60.

A indústria dos países imperialistas e no seu rastro o complexo de suas filiais brasileiras , careciam de novos mercados para os seus produtos. A Amazônia tornou-se uma peça importante da expansão espacial do mercado interno. As estradas abertas no fim dos anos 50, a Belém-Brasília e a Brasília-Acre, ao mesmo tempo resultado e meio da acumulação iniciavam essa expansão. A rodovia Belém- Brasília, inaugurada em 1960, ao facilitar a entrada dos produtos do centro –sul que tinham melhores condições de competir com os fabricados nas indústrias voltadas para o atendimento das

demandas locais, contribuiu para quebrar várias fábricas. Observou-se a ausência de medidas protetoras por parte do poder público. A consequência imediata foi a crise na indústria local, que levou um número significativo a fecharem suas portas, consagrando o declínio e até mesmo o desaparecimento de muitas empresas manufatureiras paraenses ou da absorção por empresas de fora.

Quanto às indústrias que eram direcionadas à exportação de produtos extrativos aos reflexos da Belém–Brasília se deram em outro nível. A oligarquia castanheira sentiu seus domínios fundiários ameaçados pelo ingresso de trabalhadores expulsos de outras regiões que aqui vieram disputar as áreas de castanhais o que na década seguinte marcou a explosão de uma série de conflitos fundiários.

O setor de beneficiamento da castanha e a necessidade de mudança. A economia da castanha, para manter e elevar seus níveis de rentabilidade, necessitava ampliar o setor de beneficiamento, precisava de outras articulações não incorporadas no modelo extrativista. As rupturas principais comportavam uma diferenciação e especialização de seus agentes- o latifundiário “dono“ do castanhal, o beneficiador de castanha, o exportador. Para cada um cabia um desafio. Ao primeiro, organizar racionalmente a exploração dos castanhais, incluindo a plantação de espécie, incluindo nas condições de trabalho e salariais do extrator. Ao segundo, elevar a padrões tecnológicos canalizando mais avanços do beneficiamento da castanha com a diversificação tecnológica e de produtos e romper com as formas arcaicas de relações trabalhistas e coloca-las no universo fabril moderno. Aos exportadores, alimentar e abrir o mercado garantindo preços de monopólio estabelecidos pela vantagem de ser a castanha do Pará gênero exclusivo e a região a única produtora. Nessa perspectiva, recoloca-se o beneficiamento da castanha como projeto industrializante amplo, como motor para os movimentos do pólo extrator e do pólo exportador.(Acevedo & Emmi, 1991)

Em julho de 1964, a SPVEA que dois anos depois foi substituída pela SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia iniciou a aplicação do regime de incentivos fiscais que se destinava a promover a industrialização da Amazônia e em seguida direcionou-se também para atividades agropecuárias. Mas, essa política de incentivos fiscais vai inaugurar uma nova fase da história da industrialização na Amazônia.

Referências

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Espaço para a Atividade Fabril na Recuperação Pós-Cabanagem. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 16. Belo Horizonte, 1988, *Anais...* Belo Horizonte: ANPEC, 1988, V. 4, p. 247-266.
- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; EMMI, Marília Ferreira. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. Niterói, 1991, *Anais...* UFRJ/UFF, 1991, p.401/425.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 2.ed. *Carajás: a guerra dos mapas*. Carajás: Belém: Seminário Consulta: 1995,
- ANNUÁRIO DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DO PARÁ: Governo do Estado do Pará, 1925, vol. 9, tomo 1.
- CASTRO, Edna Ramos de. Do castanhal à Fábrica. In: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR PADRÕES TECNOLÓGICOS E POLÍTICOS DE GESTÃO: Processo de Trabalho na Indústria Brasileira. São Paulo, 1988, *Anais...* São Paulo:USP/FEA/UNICAMP,1988, p.381-421.
- CATIVO ROSA, Teresa Coelho. *Aspectos da industrialização na Amazônia: repercussões sobre o perfil da mão de obra.* (Dissertação de Mestrado) .PLADES/NAEA/UFPA.1982.
- COSTA, Cândido. *O Livro do Centenário.* Belém: Edições PRINCEPS, 1924.
- EMMI, Marília Ferreira. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.* Belém, Gráfica e Editora Universitária da UFPA, 1988.
- EMMI, Marília Ferreira; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; BENTES, Rosineide. O Polígono Castanheiro do Tocantins: espaço contestado de oligarquias decadentes. *Pará Agrário*, No. 2. Belém, IDESP, p.12-21.
- NOVAES, Jurandir. *Algumas reflexões sobre a Industrialização: O caso da Indústria de Bebidas no Pará.* Monografia. FIPAM/NAEA/UFPA. Belém, 1994
- LAGENEST, H. D. Barruel. *Marabá, cidade do diamante e da castanha.* São Paulo: Anhembi, 1958.
- LE COINTE, Paul. Plantas industriais paraenses: fructas oleaginosas da Amazônia. *Revista Commercial, Industrial e Agrícola do Pará.* Belém, v. 10, n. 6, 1921.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio.* São Paulo: Brasiliense 1984.
- MOURÃO, Leila. *Memória da Indústria Paraense.* Belém: Gráfica Falângola, 1989.
- ROCQUE, Carlos. *Depoimentos para a história Política do Pará.* Belém: Mitograph, s.d.
- RODRIGUES, HILDEBRANDO. *Álbum do Estado do Pará.* Belém: Tipografia Novidade, 1939.
- SANTOS, Roberto. *A Economia do Estado do Pará.* Belém, IDESP. Coordenadoria de Documentação e Divulgação, 1978. (Relatórios de Pesquisa, 10)
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920).* São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.